

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

**RESISTÊNCIA E LUTA POR LIBERDADE: OS QUILOMBOS E A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE NEGRA NO RIO GRANDE DO SUL**

ANA RITA MARTINS MOLINA

São Borja - RS, julho de 2025.

ANA RITA MARTINS MOLINA

**RESISTÊNCIA E LUTA POR LIBERDADE: OS QUILOMBOS E A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE NEGRA NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa, e obtenção do título de Licenciada em Ciências Humanas.

Professora orientadora: Camila de Almeida Silva

São Borja -RS, julho de 2025.

RESISTÊNCIA E LUTA POR LIBERDADE: OS QUILOMBOS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO RIO GRANDE DO SUL

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 18 de julho de 2025.

Banca examinadora:



Documento assinado digitalmente

CAMILA DE ALMEIDA SILVA

Data: 05/08/2025 09:12:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Doutora. Camila de Almeida Silva
Orientadora

UNIPAMPA – São Borja



Documento assinado digitalmente

PAULA VANESSA PAZ RIBEIRO

Data: 07/08/2025 10:29:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Doutora. Paula Vanessa Paz Ribeiro
UNIPAMPA – São Borja



Documento assinado digitalmente

WALDINELLY MARTHA ALVES COSTA

Data: 15/08/2025 23:27:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Doutora. Waldinelly Martha Alves Costa
UNIPAMPA – São Borja

Agradecimentos

À Deus, por ser minha fortaleza e guia em todos os caminhos da vida, especialmente nesta jornada acadêmica.

A meu pai, **João Brenes Dias da Silva** (*in memoriam*), que foi um grande incentivador da cultura africana e afro-brasileira e cuja memória e exemplo continuam a iluminar os meus passos.

À minha mãe, **Ruth Terezinha Martins da Silva**, pelo amor incondicional, pela presença constante e pelo apoio em todos os momentos. Seu carinho e força tornaram possível a realização deste sonho.

A todos vocês, minha mais profunda gratidão.

“A mudança não virá se esperarmos por outra pessoa ou outros tempos. Nós somos aqueles por quem estávamos esperando. Nós somos a mudança que procuramos”.

Barack Obama

RESUMO

Os quilombos desempenharam um papel fundamental na construção da identidade negra no Rio Grande do Sul de diversas maneiras, indo muito além de serem apenas refúgios para escravizados. Eles foram verdadeiros centros de resistência, de preservação cultural e de ressignificação da ancestralidade africana em um contexto de opressão. Diante disso, é possível questionar de que forma as estratégias de resistência e luta pela liberdade empreendidas pelos quilombolas do Rio Grande do Sul contribuíram para a formação e ressignificação da identidade negra no estado, desde o período colonial até a contemporaneidade? A fim de responder à essa questão, esta pesquisa, de natureza básica e exploratória, utilizou a revisão bibliográfica como método procedimental, uma vez que serve como a espinha dorsal teórica do trabalho, orientando o pesquisador desde a definição do problema até a interpretação dos resultados. Autores como Reis (1995), Pinsky (2010), Hall (2017), Santos e Rebocho (2018), Gil (2019), dentre outros, auxiliam o embasamento deste estudo, visto que foram cruciais para que fosse possível construir uma argumentação sólida e crível. Considera-se que o resgate quilombola não só é essencial para a construção da identidade negra no Rio Grande do Sul, como também colabora para a inserção e propagação da educação antirracista no ambiente escolar como sinônimo de formação humana e integral.

Palavras-chave: Cultura antirracista. Escravidão. História. Identidade negra. Quilombo.

ABSTRACT

Quilombos played a fundamental role in the construction of black identity in Rio Grande do Sul in many ways, going far beyond being mere refuges for slaves. They were true centers of resistance, cultural preservation, and the redefinition of African ancestry in a context of oppression. Given this, it is possible to question how the strategies of resistance and struggle for freedom undertaken by the quilombolas of Rio Grande do Sul contributed to the formation and redefinition of black identity in the state, from the colonial period to the present day? In order to answer this question, this research, of a basic and exploratory nature, used the bibliographic review as a procedural method, since it serves as the theoretical backbone of the work, guiding the researcher from the definition of the problem to the interpretation of the results. Authors such as Reis (1995), Pinsky (2010), Hall (2017), Santos and Rebocho (2018), Gil (2019), among others, help us to support this study, since they were crucial in making it possible to build a solid and credible argument. It is considered that the rescue of quilombola is not only essential for the construction of black identity in Rio Grande do Sul, but also contributes to the insertion and propagation of anti-racist education in the school environment as a synonym for human and integral formation.

Keywords: Anti-racist culture. Slavery. History. Black identity. Quilombo.

Sumário

Introdução	8
1. O início da escravidão no Brasil: uma breve retrospectiva histórica acerca da exploração e do sofrimento.....	9
2. As comunidades quilombolas brasileiras: resistência e luta por liberdade	11
3. O povo negro e quilombola no Rio Grande do Sul: historicidade, esquecimento e identidade.....	14
4. Comunidades quilombolas e educação: como a cultura antirracista colabora com a formação humana e integral.....	19
Considerações finais.....	24
Referências	27

Introdução

Os quilombos desempenham um papel importante na história do Brasil, representando um dos pilares da resistência contra a escravidão e a preservação da cultura africana em território brasileiro. Durante o período colonial e imperial, quando a mesma era a força motriz da economia, os quilombos foram refúgios para africanos escravizados que conseguiam fugir das senzalas, engenhos e minas. Mais do que simples esconderijos, eram comunidades autônomas onde se buscou reorganizar a vida e a sociedade de forma livre, baseada em princípios africanos de organização social, política e cultural.

Algumas questões norteiam este estudo, tais como: quando teve início a escravidão no Brasil? Quando e por que surgiram os quilombos? Como se ocorreu a relação entre povo negro, quilombola e sociedade gaúcha em um contexto identitário? Qual é a importância da cultura antirracista para a formação humana e integral?

A partir desse contexto, este artigo tem como objetivo geral **observar a importância dos quilombos como sinônimo de resistência, luta por liberdade e construção da identidade negra no Rio Grande do Sul**. Já os objetivos específicos buscam: (i) refletir sobre o início da escravidão no Brasil; (ii) observar o início dos quilombos brasileiros como sinônimo de resistência e luta por liberdade; (iii) compreender a relação estabelecida entre o Rio Grande do Sul e o povo negro e quilombola; (iv) apontar a importância da cultura antirracista no ambiente escolar, no sentido de promover a formação humana e integral.

Esta pesquisa, de natureza básica, uma vez que “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista” e exploratória, pois “tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 51-52), está pautada em revisão de literatura, também conhecida como revisão bibliográfica, cujo propósito é fundamentar teoricamente o trabalho que está sendo desenvolvido.

Em relação a revisão de literatura, é importante destacarmos que a mesma significa um “amplo levantamento das fontes teóricas (relatórios de pesquisa, livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses), com o objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 131).

Estamos pautadas em autores como Reis (1995), Pinsky (2010), Hall (2017), Santos e Rebocho (2018), Gil (2019), dentre outros, os quais tratam a temática que envolve escravidão, quilombos e comunidade quilombola, o que nos auxiliou a construir o referencial teórico, apresentando conceitos e teorias que nos darão suporte à análise e discussão de nosso objeto de pesquisa, visto que, uma revisão de literatura bem elaborada demonstra rigor científico, pensamento crítico e um profundo conhecimento do assunto, o que aumenta a credibilidade do estudo.

Este texto, inicialmente realiza uma retrospectiva histórica, ainda que breve, acerca do início da escravidão no Brasil, ressaltando os motivos e as consequências desta ação. Na sequência, observamos o surgimento dos quilombos dentro de um contexto de resistência e luta por liberdade. Em seguida, realizamos uma conexão entre o povo negro e quilombola e a sociedade gaúcha, na perspectiva de que esta relação é importante para conhecermos as dimensões históricas, sociais, culturais e identitárias das comunidades afrodescendentes. E, finalmente, observamos o quanto a cultura antirracista, promovida no ambiente escolar, pode contribuir com a formação humana e integral dos estudantes.

1. O início da escravidão no Brasil: uma breve retrospectiva histórica acerca da exploração e do sofrimento

A escravidão no Brasil não foi um evento isolado, mas um processo complexo e brutal que se consolidou a partir do século XVI, moldando profundamente a sociedade e a economia do país. Sua origem está intrinsecamente ligada à colonização portuguesa e à busca por mão de obra para as atividades econômicas que se desenvolviam no vasto território.

Para Pinsky (2010), havia “um problema real, a ausência de mão de obra em escala suficiente, obediente e de baixo custo operacional, para que o projeto da grande lavoura se estabelecesse adequadamente”. Nesse sentido, o “negro foi trazido para exercer o papel de força de trabalho compulsório numa estrutura que estava se organizando em função da grande lavoura” (Pinsky, 2010, p. 23).

Antes mesmo da chegada dos africanos, a escravização dos povos indígenas já era uma prática comum. Os primeiros colonizadores, ao se depararem com a resistência dos nativos e a necessidade de força de trabalho para a exploração do pau-brasil e, posteriormente, da cana-de-açúcar, recorreram à violência e à coerção para submeter as populações locais. As “guerras justas”, expedições bandeirantes e

o trabalho forçado em sesmarias e engenhos dizimaram inúmeras comunidades indígenas.

Conforme Gil (2019), os “portugueses usaram os braços indígenas até quando não puderam mais. Mas a mão de obra indígena só deixou de ser usada no século XIX”. Diante disso, “era comum que as áreas mais ricas e centrais do Brasil empregassem o trabalho escravo de origem africana, enquanto as regiões de ‘fronteira’, ou periféricas, empregavam a força de trabalho dos grupos indígenas” (Gil, 2019, p. 23).

No entanto, a escravidão indígena mostrou-se insuficiente e, por vezes, inviável devido à alta taxa de mortalidade, à fuga e à resistência dos povos nativos, além de proibições e regulamentações da Coroa Portuguesa e da Igreja. A solução encontrada pelos colonizadores foi o tráfico negreiro transatlântico e, a partir de meados do século XVI, navios negreiros começaram a trazer, à força, milhões de africanos de diversas etnias para o Brasil.

Hall (2017), ao pesquisar sobre a escravidão e etnias africanas nas Américas, destaca que os “navios negreiros individuais coletavam os africanos majoritariamente da mesma costa, normalmente de apenas um ou dois portos nessa costa, e os traziam quase sempre para o mesmo porto americano”. E isso ocorria porque “quanto mais tempo os africanos escravizados ficassem a bordo de navios negreiros, maior a probabilidade de eles morrerem antes de serem vendidos” (Hall, 2017, p. 114).

Esses africanos eram capturados em suas terras natais por traficantes europeus ou por outros grupos africanos que os vendiam em troca de mercadorias. A travessia do Atlântico, conhecida como “Viagem do Meio”, era desumana e ceifava a vida de muitos antes mesmo de chegarem ao Brasil. Já os que sobreviviam, enfrentavam um destino ainda mais cruel.

A principal força motriz por trás da intensificação da escravidão africana foi a economia açucareira. O cultivo da cana-de-açúcar, que exigia grande quantidade de mão de obra e um trabalho árduo, encontrou nos escravizados africanos a solução para suas necessidades. Engenhos e lavouras se multiplicaram, e, com eles, a demanda por escravos cresceu exponencialmente, transformando o Brasil no maior destino de africanos escravizados das Américas.

Pinsky (2010) relata que os “escravos negros utilizados no trabalho dos grandes engenhos exportadores plantavam, cultivavam, beneficiavam a cana transformando-a em açúcar”. Com isso, observava-se uma “complexidade e

diversidade das atividades de um engenho” o que exigia “um grande número de braços de trabalho” (Pinsky, 2010, p. 25).

O início da escravidão no Brasil marca o começo de uma das páginas mais sombrias da história do país. Estima-se que mais de quatro milhões de africanos foram trazidos à força ao longo de três séculos e meio. Com isso, a escravidão deixou um legado profundo de desigualdade social, preconceito racial e violência que ainda hoje reverbera na sociedade brasileira. Por isso, compreendermos suas origens é fundamental para entendermos as complexidades do presente e lutarmos por um futuro mais justo e equitativo.

Após anos de escravidão, violência, crueldade e péssimas condições de vida, os quilombos surgem como resposta e resistência dos escravizados, uma vez que as fugas eram constantes e representavam uma nova forma de vida. Foi a partir dessas fugas que começaram a se constituir tais locais, vistos como forma de oposição ao modelo escravagista ao mesmo tempo que significavam refúgio e proteção contra a violência intensa sofrida nas senzalas. É esse assunto, portanto, que iremos tratar na sequência, isto é, a reflexão sobre o início das comunidades quilombolas brasileiras.

2. As comunidades quilombolas brasileiras: resistência e luta por liberdade

Embora os termos **quilombo** e **comunidade quilombola** estejam intimamente relacionados e sejam frequentemente usados de forma intercambiável no dia a dia, eles possuem nuances importantes em seus significados, especialmente do ponto de vista histórico e legal.

Historicamente, o quilombo era o local físico, cuja comunidade era formada por pessoas escravizadas que fugiam do cativeiro no período colonial e imperial do Brasil. Eram espaços de resistência ativa, onde se buscava autonomia, reconstrução de vida, a permanência de culturas e tradições. Diante disso, os quilombos eram, em essência, acampamentos ou assentamentos de liberdade, muitas vezes escondidos em locais de difícil acesso a fim de dificultar as investidas dos senhores e das autoridades coloniais.

Isso nos revela que, conforme Santos e Rebocho (2018), a “maioria dos quilombos tinha existência efêmera” e, “uma vez descobertos, a repressão de que eram alvo ficava marcada pela violência aplicada por parte dos senhores de terras e de escravos para se reapossarem dos fugitivos e punir exemplarmente alguns, querendo atemorizar os demais” (Santos; Rebocho, 2018, p. 63).

Reis (1995), destaca que a “formação de grupos de escravos fugitivos se deu em toda parte do Novo Mundo onde houve escravidão. No Brasil estes grupos foram chamados de quilombos ou mocambos, os quais às vezes conseguiram congregar centenas e até milhares de pessoas” (Reis, 1995, p. 16).

O mais famoso exemplo histórico é o Quilombo dos Palmares, que chegou a abrigar milhares de vidas e funcionou como uma verdadeira organização política e social independente por décadas e, entendido por Reis (1995), como uma “federação de vários agrupamentos” e que “chegou a contar com uma população de alguns milhares de almas”, ou seja, algo em torno de trinta mil pessoas (Reis, 1995, p. 16).

Os quilombos podiam surgir em diversos locais, desde áreas de mata fechada, montanhas e pântanos, que ofereciam proteção natural e dificultavam a perseguição, até regiões mais próximas dos centros urbanos. As primeiras comunidades começaram a se formar já no século XVI, logo após o início do tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil.

A organização interna dos quilombos variava bastante. Alguns eram pequenos agrupamentos familiares, enquanto outros se tornaram grandes aldeias com milhares de habitantes (conforme já observamos). Nesses quilombos maiores, havia uma complexa estrutura social, com lideranças, sistemas de defesa, agricultura de subsistência e até mesmo comércio com comunidades vizinhas.

Ou seja, para além de simples esconderijos, os quilombos funcionavam como verdadeiras sociedades alternativas, onde as pessoas podiam reconstruir suas vidas, preservar suas culturas, crenças e tradições, e praticar formas de organização social e política que lhes foram negadas durante a escravidão. Eram espaços de liberdade em meio a um mar de opressão. Diante disso, podemos dizer que o quilombo “não pode ser visto de forma estreita” como um “lugar de negros fugidos, resultado de fugas inconsequentes”, mas como um *lócus* de resistência que “atingiu o processo oficial de mão-de-obra (sic) de tal forma” e com muita intensidade (Santos; Rebocho, 2018, p. 85).

A formação dos quilombos foi impulsionada por diversos fatores, tais como: a busca por liberdade, uma vez que havia o desejo inabalável de romper com as correntes da escravidão; a fuga das fazendas e engenhos, visto que a violência, a exploração e as condições desumanas de trabalho levavam muitos a arriscar a vida em busca de um futuro melhor; a resistência à dominação colonial, pois os quilombos representavam uma forma ativa, desafiando o poder estabelecido e a lógica da

escravidão; a preservação da cultura e da identidade, uma vez que nos quilombos, era possível resgatar e manter vivas as tradições africanas, a religiosidade, a música, a dança e os idiomas que eram brutalmente suprimidos pelos senhores.

A história dos quilombos é um poderoso lembrete da capacidade humana de resistência diante da adversidade. Eles representam não apenas um refúgio físico, mas também um espaço de esperança e reinvenção. As comunidades quilombolas de hoje, reconhecidas e protegidas por legislação, são descendentes diretos desses primeiros agrupamentos, mantendo vivas as memórias, as tradições e a luta por reconhecimento e justiça social.

Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68, “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Já o artigo 216 estabelece que, “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (Brasil, 1988).

Entretanto, o termo comunidade quilombola se refere aos grupos étnico-raciais que descendem desses antigos quilombos ou de outros agrupamentos de resistência formados por africanos escravizados e seus descendentes. O que caracteriza uma comunidade quilombola hoje não é apenas a descendência, mas, também: a identidade cultural própria, visto que são mantidas tradições, costumes, culinária, festas, e formas de organização social e religiosa que remetem à ancestralidade africana e à experiência de resistência; a territorialidade, pois é estabelecida uma relação específica com a terra, o que é fundamental para reprodução física, social, econômica e cultural; uma trajetória histórica específica, uma vez que se compartilham histórias de luta e resistência contra a escravidão e outras formas de opressão, o que moldou uma identidade coletiva; a autodefinição, isso porque a Constituição Federal de 1988 (conforme já mencionamos) e legislação posterior, a exemplo do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, o qual regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos e a Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, que estabelece o direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestos religiosos, reconhecem o direito dessas comunidades se autodeclararem como quilombolas, cujo critério é fundamental para o reconhecimento oficial.

Em outras palavras, podemos entender que as comunidades quilombolas são um testemunho vivo da resiliência e da luta por liberdade de africanos escravizados e seus descendentes no Brasil e, o surgimento destas, também conhecidas como quilombos, está intrinsecamente ligado à violência e desumanidade, no entanto, representa um grito de resistência contra um sistema extremamente opressor.

Já o povo negro e as comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul têm uma história rica e complexa, muitas vezes invisibilizada, mas que é fundamental para a formação da identidade gaúcha. É crucial desconstruir a ideia de que o Sul do Brasil é predominantemente branco e europeu, pois a presença africana é antiga, profunda e marcante. Diante disso, na sequência deste texto, iremos observar as relações existentes entre o povo negro e quilombola no contexto social do Rio Grande do Sul.

3. O povo negro e quilombola no Rio Grande do Sul: historicidade, esquecimento e identidade

A existência de pessoas negras no Rio Grande do Sul remonta aos primórdios da colonização portuguesa, no século XVIII. Elas foram trazidas à força, principalmente pelo porto de Rio Grande, para trabalhar em diversas atividades. Ao contrário do que se possa imaginar, a mão de obra escravizada não se limitou às lavouras. Além disso, o nosso estado “teve escravidão, sobretudo, na metade sul, onde concentra-se a maioria das comunidades negras atuais” (Theisen; Kapelinski; Donel, 2018, p. 1026).

No Rio Grande do Sul, os africanos e seus descendentes atuaram em diversas atividades, tais como: na cultura do charque, uma vez que a história dessa indústria, que foi um dos pilares da economia gaúcha, dependia intensamente do trabalho escravizado, desde o abate do gado até o preparo e a salga da carne; a pecuária, pois muitos negros foram peões de estância, domadores, cavaleiros, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da atividade pastoril; o trabalho urbano, ocorrido em cidades como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, fazia com que atuassem como artesãos, pedreiros, cozinheiros, vendedores e trabalhadores domésticos; o exército também teve a participação de negros, tanto escravizados quanto libertos, o que foi crucial em conflitos como a Revolução Farroupilha, onde os "Lanceiros Negros" tiveram um papel decisivo.

Justino (2025), ao conceder entrevista à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), destaca que os “Lanceiros Negros foram organizados como tropa regular a partir da batalha de Pelotas, em abril de 1836, quando os farrapos fizeram centenas de prisioneiros, entre eles muitos negros, que constituíam a maioria da população do município”. O pesquisador também ressalta que esses combatentes “não utilizavam escudos de proteção, mas sim seus grosseiros bicharás (ponchos de lã), que lhes serviram de cama, cobertor e proteção do frio e da chuva” (Justino, 2025).

Por outro lado, a presença negra foi historicamente marginalizada pelas narrativas que exaltam a colonização europeia, especialmente as alemã e italiana, porém, mesmo à frente de um quadro de repressão e supervisão constante, os negros não se acomodaram e seguiram buscando novos caminhos, evidenciado pela criação dos quilombos. E isso também inclui a educação, pois, segundo afirmam Moreira e Viñal Júnior (2025), historicamente esta tem “sido dominada por um currículo eurocentrado que não apenas marginaliza as narrativas africanas e afro-brasileiras, mas também perpetua estereótipos e visões distorcidas sobre as contribuições dessas culturas à sociedade” (Moreira; Viñal Júnior, 2025, p. 4).

Os primeiros quilombos no Rio Grande do Sul surgiram como uma forma de resistência à escravidão e à opressão. Podemos dizer, então, que eram espaços de refúgio e organização para aqueles que conseguiam fugir, mas também para os que já eram livres e buscavam um lugar para viver com dignidade.

Cabe observarmos que, os quilombos gaúchos se estabeleceram em áreas estratégicas, como matas, serras e pântanos, também dificultando o acesso e a perseguição. Nessas comunidades, os fugidos recriavam relações sociais, cultivavam a terra, praticavam religiões e preservavam costumes. Eles representavam a busca incessante por autonomia e a construção de uma sociedade mais justa, mesmo que em pequena escala.

Dentre os vários quilombos existentes, podemos destacar os de Casca, Rincão dos Caixões, Chácara das Rosas e Quilombo do Chupim, este último situado na região norte do estado, próximo ao município de Palmeira das Missões.

A formação dos quilombos no Rio Grande do Sul, assim como em outras partes do Brasil, ocorreu de diversas maneiras, e não apenas por meio de fugas individuais. Nesse sentido, muitos quilombos se estabeleceram em regiões isoladas, de mata fechada, serras e, no caso do Rio Grande do Sul, nas extensas áreas de campo e pampa, que ofereciam refúgio e permitiam a organização de comunidades.

A Vacaria do Mar, por exemplo, localizada na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, é mencionada como uma área que, a partir do abandono de gado por jesuítas e indígenas, tornou-se um local propício para a formação dos quilombos durante a União Ibérica. Conforme Miguel (2009), este local, também conhecido como *Vacaria Del Mar* configurou-se como um sistema agrário a partir do século XII e que “teve como elemento de base a exploração do gado bovino xucro (‘chimarrão’) pelos indígenas e ‘homens livres’ (os ‘gaúchos’)”. Tal período “também foi marcado pelo processo de apressamento e desmantelamento das populações indígenas por parte de bandeirantes vindo do sudeste do Brasil (especialmente de São Vicente)” (Miguel, 2009, p. 143).

Em alguns casos, a formação de comunidades quilombolas se deu a partir de terras doadas, entregues ou adquiridas (com ou sem formalização jurídica) por escravos após a desagregação das grandes propriedades monocultoras. Essas terras, muitas vezes, eram resultado de acordos ou heranças, permitindo que os grupos resistissem e reproduzissem seus modos de vida singulares.

Além dos quilombos em áreas de fuga, muitas comunidades também se formaram nas periferias de vilas e cidades, onde os escravos podiam ter maior autonomia e se organizar. Porto Alegre, por exemplo, possui quilombos urbanos históricos, como o Quilombo da Família Silva e o Areal da Baronesa. Essas comunidades se estabeleceram em áreas mais vegetadas ou em antigos espaços de trabalho, adaptando-se ao contexto urbano. Pires et. al (2021) destaca que o “Quilombo da Família Silva é o primeiro quilombo urbano titulado no país, com decreto assinado em 2006 e com título parcial emitido em 2009”. Além disso, 70 pessoas vivem nesse território, o que põe em evidência a “força da resistência quilombola no espaço urbano” (Pires, 2021, p. 100).

Os fatores que impulsionaram a formação dos quilombos no Rio Grande do Sul são ligados à violência e à desumanização do sistema escravista e, dentre eles, é possível citar a busca pela liberdade, uma vez que havia a ânsia da fuga da escravidão e a conquista da autonomia; a dureza do trabalho nas charqueadas, estâncias e fazendas, aliada aos castigos físicos e à exploração, levava muitos escravizados a buscar refúgio; os quilombos representavam uma forma de resistência coletiva e organizada contra o sistema escravocrata, oferecendo um espaço para a reconstrução de laços sociais, culturais e religiosos africanos e afro-brasileiros; a solidariedade entre os escravizados e a existência de laços de parentesco e compadrio foram

fundamentais para a organização das fugas e a manutenção das comunidades quilombolas; mesmo após a Abolição da Escravatura em 1888, a falta de acesso à terra para os recém-libertos, que continuavam marginalizados e sem oportunidades, fez com que muitos se organizassem em comunidades para garantir sua subsistência e resistência.

Os processos de resistência e organização dos quilombos gaúchos foram multifacetados e contínuos, envolvendo fatores como reunião e organização, produção para subsistência, defesa do território, manutenção cultural e religiosa, e luta por reconhecimento.

Assim como ocorreu com outros quilombos brasileiros, os quilombos gaúchos não eram apenas esconderijos, mas comunidades com organização social e política próprias. Eles buscavam reproduzir e adaptar formas de vida e culturas africanas, estabelecendo suas próprias regras e lideranças. Já a sobrevivência dos quilombos dependia da agricultura de subsistência, da criação de animais e da coleta de recursos naturais, o que exigia planejamento e trabalho coletivo.

Os quilombolas defendiam seus territórios contra as incursões dos capitães-do-mato e de proprietários de terras, utilizando estratégias de defesa e, por vezes, confrontos armados. Além disso, a preservação das tradições culturais, religiosas (especialmente as de matriz africana), culinárias e dos saberes ancestrais era crucial para a identidade e a coesão das comunidades.

Atualmente, as comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, assim como em todo o Brasil, travam uma luta constante pelo reconhecimento de seus territórios e pela garantia de seus direitos, previstos na Constituição Federal de 1988. Associações e federações, como a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul (FACQ/RS), são exemplos da organização contínua dessas comunidades, assim como a Fundação Cultural Palmares, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) têm sido órgãos fundamentais na identificação, certificação e apoio a essas comunidades, apesar das dificuldades da implantação de políticas públicas efetivas.

Kroeff et. al realizou, em 2023, com o apoio da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi), da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), um diagnóstico das comunidades quilombolas certificadas do Rio Grande

do Sul com a intencionalidade de “aprimorar as políticas públicas destinadas para essa população” e observar “as comunidades quilombolas, mostrando suas condições de vida, identificando as principais fontes de renda e atividades produtivas e, ainda, seus bens culturais”. A pesquisa foi realizada entre os meses de março e abril de 2022, contou com uma equipe de dez pesquisadores de diversas áreas e, segundo Kroeff, tem caráter inédito no estado e “sem referência semelhante no Brasil” (Rio Grande do Sul, 2025a). Isso demonstra a importância da pesquisa para a garantia dos direitos e melhoria da qualidade de vida dessas populações, uma vez que essas comunidades representam um legado histórico e cultural fundamental para o Brasil e, especificamente, para o estado gaúcho.

O caminho a ser percorrido pelas comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul revela não apenas uma história de injustiça, mas também de luta. Com valorização culturais próprias, laços familiares e ancestralidade, esses grupos mantêm viva uma parte indispensável da história, combatendo o apagamento entusiasmado pelo discurso prevalente e eurocêntrico de parte da população gaúcha.

Conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados de 2022, existem 7.666 comunidades quilombolas declaradas no território brasileiro, habitando 8.441 localidades em 25 Unidades da Federação, o que define uma população que soma cerca de 1,3 milhão de pessoas. A maioria dessas localidades está na Região Nordeste (cerca de 63,81% do total) e os estados com maior número de quilombolas são Maranhão e Bahia. Já o Rio Grande do Sul possui 203 localidades quilombolas, as quais estão distribuídas em 75 municípios gaúchos e abrigam uma população de 17.552 pessoas, o que significa que o nosso estado, entre os do Sul, está em maior número.

Por outro lado, embora muitas comunidades tenham sido identificadas, nem todas possuem seus territórios oficialmente reconhecidos e titulados e, a titulação dessas terras é um processo fundamental para a garantia dos direitos e a preservação da cultura quilombola, o que nos revela que a regularização fundiária desses territórios é um dos principais desafios da atualidade. Para Arruti (2006), o excesso de burocracia e interesses econômicos regionais muitas vezes atrasam o processo de titulação dessas terras, o que faz com que essas fiquem vulneráveis à expulsão e à desagregação cultural.

A história dos quilombos no Rio Grande do Sul é um testemunho da resiliência e da capacidade de organização dos povos africanos e seus descendentes diante de

um sistema brutal, e suas lutas continuam a ecoar na contemporaneidade e abordar sobre essa história na educação básica é importante por diversas razões, tanto do ponto de vista histórico-social quanto pedagógico, em especial, quando praticamos a cultura antirracista no intuito de colaborar com a formação humana e integral. Essa inclusão não é apenas uma questão de enriquecimento curricular, mas um dever legal e um passo crucial para a construção de uma sociedade mais justa. Portanto, é deste assunto que iremos tratar na sequência.

4. Comunidades quilombolas e educação: como a cultura antirracista colabora com a formação humana e integral

A inserção da história e cultura afro-brasileira (que engloba a temática quilombola) é **obrigatória** na educação básica do Brasil. Isso se dá por meio da Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), tornando compulsório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Posteriormente, a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 incluiu também a história e cultura indígena. Moore (2023), observa que a “obrigatoriedade do ensino de história da África nas redes de ensino do Brasil confronta o universo docente brasileiro com o desafio de disseminar, para o conjunto da sua população, num curto espaço de tempo, uma gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o mundo africano” (Moore, 2023, p. 134).

Enquanto a Lei nº 10.639/2003 é considerada um marco importante na nossa educação, buscando promover o reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira e combater o racismo, a Lei nº 11.645/2008 visa valorizar a diversidade cultural, reconhecendo a importância da contribuição dos povos africanos e indígenas na formação da sociedade brasileira. Embora essas leis visem combater o apagamento histórico e valorizar as contribuições desses povos na formação da identidade nacional, a implementação de tal legislação tem possibilitado, ainda que de forma tímida, o resgate e a apreciação da identidade negra nas instituições de ensino. Com isso, professores comprometidos com uma educação antirracista promovem debates, projetos pedagógicos e ações de valorização da herança africana, o que contribui para a construção de uma memória mais inclusiva.

Apresentar a história dos quilombos e comunidades quilombolas na educação básica traz alguns benefícios, dentre eles, o combate ao racismo e à discriminação, o reconhecimento da diversidade cultural, a valorização da identidade afro-brasileira, a

formação de cidadãos mais críticos e conscientes, a compreensão da formação do Brasil, a conexão com o presente e o estímulo à solidariedade e ao respeito.

Santos et. al (2025) entende que é necessário “promover a igualdade racial por meio da educação, garantindo que a história e as contribuições da população afro-brasileira sejam reconhecidas como elementos fundamentais na construção da identidade nacional”. Nesse sentido, a “escola, enquanto espaço de formação cidadã, tem o papel crucial de desconstruir práticas discriminatórias e criar um ambiente de aprendizagem que valorize a diversidade cultural” (Santos et. al, 2005, p. 8992).

Os quilombos são repositórios vivos de saberes, tradições, culinária, religião e formas de organização social de matriz africana. Ao estudar essas comunidades, os alunos compreendem a riqueza e a diversidade que compõem a identidade brasileira, indo além de uma narrativa eurocêntrica.

Já para os próprios estudantes afro-brasileiros, conhecer a história de resistência e protagonismo de seus antepassados nos quilombos fortalece a autoestima, a identidade e o senso de pertencimento. Isso é crucial para que se sintam representados e valorizados no ambiente escolar e na sociedade.

Contar a história dos quilombos permite discutir temas como direitos humanos, justiça social, desigualdade, luta por terra e território, e a importância da memória. Isso estimula o pensamento crítico e a capacidade de questionar narrativas hegemônicas, formando cidadãos mais engajados e conscientes de seus direitos e deveres.

Os quilombos foram parte integrante da formação social, econômica e política do Brasil. Ignorá-los é excluir uma parte fundamental da nossa própria história e das complexas relações sociais que se estabeleceram no país. Outro ponto importante é que as comunidades quilombolas existem e continuam lutando por seus direitos e pela preservação de sua cultura e território. O estudo de sua história na educação básica permite que os alunos entendam a relevância dessas comunidades nos dias atuais e a importância em apoiar suas demandas.

Ao aprender sobre as dificuldades e vitórias dos quilombolas, os alunos desenvolvem empatia e respeito pelas diferenças, compreendendo a importância da solidariedade e da cooperação entre os povos. Em suma, a inclusão da história dos quilombos e comunidades quilombolas na educação básica é base para uma educação mais completa, inclusiva e antirracista, que reconhece e valoriza todas as contribuições para a construção do Brasil.

A educação antirracista é essencial para a formação humana e integral dos indivíduos, pois ela vai muito além de apenas combater o preconceito. Ela atua na construção de sujeitos mais conscientes, críticos, empáticos e preparados para viver em uma sociedade verdadeiramente plural e justa. Para Santos et. al (2025), “a educação antirracista não pode ser vista como um objeto distante, mas como uma necessidade urgente para a construção de uma sociedade mais justa”. E, a escola, representa “um espaço de formação cidadã” com o “dever de desconstruir o mito da democracia racial e garantir que todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas no processo educativo” (Santos et. al, 2025, p. 9012-9013).

Alguns pilares da formação humana e integral são promovidos pela educação antirracista, dentre eles, destacamos: a promoção do senso crítico, o fortalecimento da autoestima e da identidade, a promoção da empatia e do respeito à diversidade, o estímulo à solidariedade e ação por justiça social, a construção de uma consciência cidadã global e a desconstrução de estereótipos e preconceitos.

A educação antirracista desafia narrativas hegemônicas e a história única, que muitas vezes excluem ou distorcem as contribuições de povos negros e indígenas. Ao apresentar múltiplas perspectivas, estimula os estudantes a questionar informações, identificar preconceitos e analisar criticamente as estruturas sociais, políticas e econômicas que perpetuam o racismo. Isso os capacita a não apenas reconhecer o racismo, mas também a entender suas raízes e manifestações.

Para estudantes negros e indígenas, a educação antirracista é vital para o desenvolvimento de uma identidade positiva. Ao valorizar suas culturas, histórias, pensadores e contribuições, a escola se torna um espaço de reconhecimento e pertencimento. Isso combate a baixa autoestima e o sentimento de não representatividade que o racismo impõe, permitindo que esses alunos se vejam como protagonistas de suas próprias vidas e da história.

Ao expor as dores e as lutas decorrentes do racismo, a educação antirracista cultiva a empatia nos estudantes. Eles aprendem a se colocar no lugar do outro, a compreender as diferentes realidades e a respeitar as diversas formas de ser e viver. Isso fomenta uma cultura de acolhimento e valorização das diferenças, essencial para a convivência harmoniosa em uma sociedade multicultural.

Compreender o racismo como uma estrutura social leva os estudantes a uma reflexão sobre a injustiça e a desigualdade. A educação antirracista não se limita à teoria, mas incentiva a ação. Ela instrumentaliza os alunos para que se tornem

agentes de mudança, capazes de identificar e combater o racismo em suas diversas manifestações, seja no ambiente escolar, na comunidade ou em espaços mais amplos.

Ao abordar o racismo, a educação antirracista também se conecta a outras formas de opressão e discriminação (machismo, homofobia, classismo etc.), promovendo uma visão de mundo mais ampla e interconectada. Isso contribui para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa, não apenas em nível local, mas global.

Através de um currículo diversificado e da valorização de diferentes vozes e saberes, a educação antirracista trabalha ativamente na desconstrução de estereótipos raciais presentes na sociedade. Isso permite que todos os alunos, independentemente de sua etnia, compreendam a complexidade e a beleza da pluralidade humana, combatendo ideias preconceituosas que podem ter sido internalizadas. Ou seja, a educação antirracista molda o indivíduo para ser não apenas alguém com conhecimentos acadêmicos, mas um ser humano ético, consciente de seu papel social, que valoriza a diversidade e que age ativamente na construção de um mundo onde o respeito e a igualdade sejam premissas para todos. Ela é, portanto, um investimento essencial na formação de uma sociedade mais justa e verdadeiramente humana.

O Rio Grande do Sul tem implementado diversas ações e programas a fim de estimular a educação antirracista, buscando cumprir a legislação e institucionalizá-la, desde a formação de profissionais até a criação de ambientes e políticas que promovam a equidade e a valorização da diversidade étnico-racial nas escolas. Destacamos, portanto, o Programa Educação Antirracista, as escolas de referência no combate ao racismo, a adesão à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq), os cursos de extensão e formação em parceria com universidades, as cotas em cursos técnicos, o Protocolo de Combate à Violência Racial e o Código de Conduta Antirracista.

Lançado em 2022, o Programa de Educação Antirracista é uma iniciativa central da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SeducRS) para inserir e valorizar a história e a cultura afro-gaúcha na matriz curricular das escolas estaduais. Um de seus focos é a formação continuada de professores, supervisores e orientadores pedagógicos em letramento racial e práticas antirracistas. Para isso,

cursos *on-line* e autoinstrucionais são oferecidos pelo Portal Educação¹, abordando temas como Letramento Racial e disciplinas específicas (Ciências da Natureza, Humanas, Matemática, Língua Portuguesa, Ensino Religioso). O objetivo é que essas práticas não se restrinjam a algumas escolas, mas que façam parte da rotina de toda a Rede Estadual. Conforme a Seduc-RS, este programa é “formado por um conjunto de iniciativas que buscam desenvolver produtos educacionais e administrativos para promover a equidade racial”, o que “envolve a criação de conteúdos formativos e a implementação de estratégias que integrem as questões étnico-raciais ao currículo escolar” (Rio Grande do Sul, 2025c).

A partir de 2025, o Rio Grande do Sul terá duas escolas estaduais de referência no combate ao racismo. Essas unidades implementarão ações e um modelo pedagógico focado em relações étnico-raciais para garantir a permanência e o sucesso acadêmico de alunos negros, visando reduzir as desigualdades educacionais. A iniciativa prevê um ambiente educacional voltado para altas expectativas de aprendizagem, equidade, combate ao racismo e valorização da diversidade. Para a SeducRS a “Escola de Referência Antirracista tem o compromisso de “ser um espaço que não apenas acolhe a diversidade, mas a fortalece” (Rio Grande do Sul, 2025, p. 17).

O governo do estado aderiu a política federal de Adesão à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq) junto aos seus 497 municípios e, tal iniciativa, visa fortalecer a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas. O Ministério da Educação (MEC) aponta que o Pneerq tem o “objetivo de implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola”. O seu público-alvo é formado por gestores, professores, funcionários e estudantes, ou seja, a Pneerq abrange toda a comunidade escolar” (Brasil, 2025).

Universidades gaúchas, como as Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG), têm oferecido

¹ Disponível em: <https://portal.educacao.rs.gov.br/Main/Home/Index/>. Acesso em: 26 de junho de 2025.

curso de extensão sobre "Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola". Esses cursos são destinados a professores e gestores da educação básica das redes pública e privada, com o objetivo de aprofundar o conhecimento e as práticas pedagógicas antirracistas. Além disso, a Seduc-RS também lançou um curso que integra Projetos de Vida e Educação para as Relações Étnico-Raciais, voltado para educadores comprometidos com uma prática pedagógica antirracista e transformadora.

Recentemente, a Seduc-RS implementou um sistema de reserva de vagas (cotas) para cursos técnicos na rede estadual. O Decreto nº 58.232 publicado em 24 de junho de 2025 garante que 30% das matrículas sejam voltadas para candidatos negros, indígenas e pessoas com deficiência (PCD). Essa medida é um avanço significativo para a inclusão e para a redução das desigualdades no acesso ao ensino profissionalizante.

Por último, temos os Protocolo de Combate à Violência Racial e Código de Conduta Antirracista, que reforçam o compromisso com um ambiente escolar seguro e livre de discriminação. Enquanto o primeiro é um conjunto de diretrizes e procedimentos práticos que estabelece como a instituição deve agir diante de uma denúncia ou identificação de um ato racista, o segundo é um documento que estabelece os princípios, valores e comportamentos esperados de todos os membros da comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, pais e responsáveis) para a promoção de um ambiente antirracista.

Essas ações demonstram um esforço do estado do Rio Grande do Sul em institucionalizar a educação antirracista, desde a formação de profissionais até a criação de ambientes e políticas que promovam a equidade e a valorização da diversidade étnico-racial nas escolas, o que denota a tentativa de transformar o presente e o futuro, mas sem renegar o passado e a sua história.

Considerações finais

Os quilombos representam o maior e mais significativo movimento de resistência à escravidão no Brasil. Ao fugirem e formarem comunidades autônomas, os escravizados demonstravam sua capacidade de organização, resiliência e busca incessante pela liberdade. Resgatar essa história é reconhecer que a população negra não foi passiva diante da opressão, mas sim protagonista de sua própria libertação, o que é crucial para desmistificar a ideia de submissão e passividade.

Conhecer a história de superação e autonomia dos quilombos fornece à população negra um senso de orgulho e pertencimento. Ao invés de uma narrativa centrada apenas na escravidão e no sofrimento, a história quilombola oferece exemplos de força, inteligência e organização. Isso é essencial para o fortalecimento da autoestima e o empoderamento individual e coletivo.

Para resgatar essa historicidade e conectar com a educação antirracista praticada nas escolas, esse estudo contou com uma revisão bibliográfica, isso porque foi essencial responder à quatro objetivos específicos: (i) refletir sobre o início da escravidão no Brasil; (ii) observar o início dos quilombos brasileiros como sinônimo de resistência e luta por liberdade; (iii) compreender a relação estabelecida entre o Rio Grande do Sul e o povo negro e quilombola; (iv) apontar a importância da cultura antirracista no ambiente escolar, no sentido de promover a formação humana e integral.

Em relação ao início da escravidão no Brasil, podemos entender que a mesma começou de forma complexa e se tornou um pilar fundamental da colonização portuguesa, impulsionada principalmente pela necessidade de mão de obra para as grandes lavouras de cana-de-açúcar. Assim, esse período obscuro brasileiro se deu pela busca incessante por mão de obra barata e abundante para as atividades econômicas da colônia, levando à substituição gradual da escravidão indígena pela africana, marcando profundamente a história e a formação social do país, o que denota um dos sistemas mais cruéis e duradouros da história, com impactos que se estendem até os dias atuais.

O fato mais marcante e a principal motivação para o início dos quilombos brasileiros foi a fuga da escravidão, ou seja, a fuga era uma das manifestações mais diretas e impactantes dessa resistência. Não era apenas um ato individual de desespero, mas muitas vezes um ato coletivo e planejado, demonstrando uma busca incessante por liberdade e dignidade. Com isso, os escravizados que conseguiam fugir buscavam refúgio em locais de difícil acesso, como matas densas, montanhas e pântanos. Nesses locais, começaram a se organizar em comunidades, conhecidas como quilombos (ou mocambos, dependendo da região e da terminologia) e, essas comunidades não eram apenas esconderijos, mas verdadeiros centros de resistência social, cultural e política.

A relação entre a população negra, incluindo as comunidades quilombolas, e a sociedade branca no Rio Grande do Sul é uma história complexa, marcada por

violência, resistência, invisibilidade e, mais recentemente, por avanços na luta por reconhecimento e direitos. Diferente de outras regiões do Brasil, o Rio Grande do Sul teve uma narrativa oficial que muitas vezes minimizou a presença negra, exaltando a colonização europeia, o que contribuiu para o silenciamento e a marginalização dessa parcela da população. Diante disso, podemos observar que se trata de uma jornada contínua de resistência, busca por justiça e construção de uma sociedade mais equitativa, onde a riqueza da diversidade étnico-racial seja plenamente reconhecida e valorizada.

A história negra e quilombola é uma ferramenta poderosa e indispensável para a construção de uma educação antirracista eficaz. Ao invés de ser apenas um anexo ao currículo, ela precisa ser central, pois oferece perspectivas, narrativas e conhecimentos que desconstróem o racismo e promovem a valorização da diversidade. Nesse sentido, ao integrarmos a história negra e quilombola na educação, estamos não só resgatando um passado que foi silenciado, mas também construindo um presente e um futuro mais justos e equitativos para todos.

Já a educação antirracista é um pilar fundamental para a formação humana e integral dos indivíduos, pois ela transcende a simples transmissão de conteúdo e atua diretamente no desenvolvimento de valores, habilidades socioemocionais e uma compreensão crítica do mundo. Quando falamos em formação integral, estamos pensando em todas as dimensões do ser humano: intelectual, física, emocional, social e cultural. Em suma, a educação antirracista é essencial para uma formação humana integral, pois capacita os indivíduos a serem não apenas bem-sucedidos em suas profissões, mas também cidadãos conscientes, éticos, empáticos e engajados na construção de um mundo verdadeiramente justo e igualitário.

Esse estudo, ao colaborar com o entendimento da trajetória de luta e resistência dessas comunidades, projeta novas pesquisas, em especial, as que resgatem a história negra e quilombola no sentido de colaborar com a educação antirracista nas escolas, sejam públicas ou privadas, com a premissa de que a justiça social só se concretiza quando existe o respeito à diversidade e, isso faz parte da essência da nossa sociedade.

Referências

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, dentre outras disposições. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de nov. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 25 de junho de 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 de jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 26 de junho de 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos oficiais da rede de ensino fundamental e médio, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 25 de junho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>. Acesso em: 28 de junho de 2025.

GIL, T. L. **História e historiografia da escravidão no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

HALL, G. M. **Escravidão e etnias africanas nas Américas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JUSTINO, G. **Os escravos que lutaram em troca de liberdade**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ensinodareportagem/cidades/lanceirosnegros.html>. Acesso em: 25 de junho de 2025.

MIGUEL, L. de A. Origem e evolução dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul. In: MIGUEL, L. de A. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MOORE, C. **A história da África e sua importância no ensino básico**. Brasília: UnB, 2003.

MOREIRA, M. A. S.; VIÑAL JÚNIOR, J. V. O currículo afrocentrado como ferramenta de fortalecimento da cidadania negra: desafios e perspectivas para uma educação antirracista. **Revista Ouricuri**, Juazeiro, Bahia, v.15, n.1. 2025, p.03-19. jan./jun. 2025.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

PIRES, C. L. Z. et. al. Quilombo da Família Silva. In: PIRES, C. L. Z.; BITENCOURT, L. M. **Atlas da presença quilombola em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: Letra1, 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 58.232 de 24 de junho de 2025. Regulamenta a reserva de vagas para pessoas inscritas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, e para pessoas com deficiência, nos cursos técnicos da rede estadual de educação, oferecidos nas formas concomitantes e subsequentes, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial**, Porto Alegre, RS, 24 jun. 2025. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202506/25110106-decreto-n-58-232-2025.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação. **Livro que retrata as comunidades quilombolas do RS é lançado na Expointer**. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/livro-que-retrata-as-comunidades-quilombolas-do-rs-e-lancado-na-expointer>. Acesso em: 28 de junho de 2025a.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Modelo escola referência antirracista**. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202504/11173142-modelo-escola-referencia-antirracista.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2025b.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Programa de Educação Antirracista do governo estadual é apresentado no Encontro Anual Educação Já 2025, em São Paulo**. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/programa-de-educacao-antirracista-do-governo-estadual-e-apresentado-no-encontro-anual-educacao-ja-2025-em-sao-paulo>. Acesso em: 28 de junho de 2025c.

SANTOS, A. B. dos; REBOCHO, N. **Sobre revolta de escravos e quilombos**. Rio de Janeiro: AMCGuedes, 2018.

SANTOS, A. N. S. dos et. al. Raízes afrodiaspóricas: descolonização da educação pública por um ensino antirracista na Lei 10.639/2003. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v.7, n.2, p.8985-9016, 2025.

THEISEN, V.; KAPELINSKI, F.; DONEL, J. F. W. Comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul: história, cultura e religiosidade. In: Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, ed., 35, 2018, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Foz do Iguaçu, PR: SEURS, 2018.